

Recessão deixa perdas irreparáveis na área social, dizem os economistas

O País perdeu; e esta é a "perda mais irreversível de todas", cerca de Cr\$ 2 trilhões este ano, como consequência da política recessiva, que deverá resultar numa queda de dois por cento no Produto Interno Bruto (PIB), segundo o economista da Universidade de Campinas (Unicamp), José Serra.

Segundo o cálculo do economista, uma taxa negativa da ordem de dois por cento, em relação ao PIB do ano passado — avaliado em US\$ 260 bilhões (dólares de 81) — resultará na perda de cerca de US\$ 18 bilhões, isto é, a riqueza gerada pelo País será menor do que a que foi gerada no ano passado.

Para os economistas que participaram do IX Encontro Nacional de Economia, em Olinda, semana passada — e nisto houve absoluta unanimidade — a recessão econômica provocou, durante o ano que está terminando, um conjunto de perdas irreparáveis, particularmente no terreno social, isto é, nas condições de vida da população.

PERDA SALARIAL

O diretor técnico do Departamento de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômico (Dieese), Walter Barelli, disse que um dos principais reflexos da crise econômica, pela via da inflação elevada, foi a deterioração dos salários.

Segundo os estudos do Dieese, em 1981, o assalariado perdeu 2,7 salários, ao longo dos doze meses. Isto é, a ampla maioria da população que recebe 13 salários por ano, vai receber este ano apenas 11,3 salários. "O resto foi comido pela inflação", afirmou Barelli, que considerou importante a reativação do Conselho Interministerial de Preços (CIP).

Para ele, no entanto, o problema do desemprego é o mais grave problema da Nação, criando uma situação de perda irreparável, já que "não há taxa de crescimento da indústria que permita resolver o problema, no ano que vem."

Pelos seus cálculos, a taxa de desemprego praticamente triplicou este ano em relação à taxa histórica, que gira em torno de quatro por cento. O Dieese registra uma taxa de desemprego de 12,8 por cento — enquanto o IBGE registra cerca de oito por cento —, utilizando uma metodologia de cálculo um pouco diferente da que é empregada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Nella, o órgão de pesquisa dos sindicatos inclui os trabalhadores que perderam o emprego e os que foram afastados da população economicamente ativa, isto é, aqueles que já desistiram de procurar trabalho de forma sistemática e que não são contabilizados nas pesquisas do IBGE.

Walter Barelli estima que no ano que vem a economia teria que absorver cerca de quatro milhões de trabalhadores para remediar o problema criado este ano.

Em estudo feito pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea) do Ministério do Planejamento, o economista Cláudio Salm, com base nas estatísticas do Dieese sobre desemprego, chega à conclusão que a indústria teria que crescer a taxa de 20 por cento, no próximo ano, para recuperar o nível de emprego.

Cláudio Salm, constata que, hoje, o trabalho está totalmente desatualizado, uma vez que o problema adquiriu tamanha di-

mensão que já supera os cálculos feitos em meados do ano passado.

BOTÃO VERMELHO

O superintendente do Instituto de Pesquisa do Ipea (Inpes), Luis Paulo Rosenberg, da assessoria especial do ministro Delfim Netto, também concorda que não há como recuperar o que foi perdido este ano em termos de emprego.

— O emprego — diz ele — pode melhorar em 1982, mas não será suficiente para recuperar a perda ocorrida este ano.

De qualquer modo, Luis Paulo Rosenberg acha que a situação é difícil, mas não chegou a "grave", do ponto de vista de um aumento perigoso da tensão social. "O cenário — frisa o assessor de Delfim Netto — ainda não é de apertar o botão vermelho."

— Se não houve necessidade de políticas de emergência para o problema do desemprego, nos últimos três meses, isto significa que podemos esperar até o próximo ano para ver como se comporta a economia — frisa Rosenberg.

CRISE DA PREVIDÊNCIA

As repercussões da recessão econômica superaram o problema do salário e do desemprego atingindo diversos setores da sociedade e particularmente as camadas de mais baixa renda. Na opinião do economista Pedro Luiz Barros Silva, a crise da Previdência Social guarda uma relação direta com as dificuldades que o País atravessa.

Segundo ele, desde 1977 vem ocorrendo uma desaceleração do crescimento real, tanto da receita quanto do gasto total da Previdência.

No entanto, a crise financeira da Previdência emergiu efetivamente, na passagem de 1980 para 1981, coincidindo com a adoção da política econômica recessiva.

— A queda do salário real — afirma Barros Silva — e a redução do crescimento do emprego desaceleraram, já em 1980, a receita de contribuições, que apresentou, no período, uma taxa negativa de menos seis por cento. O aprofundamento agudo do processo recessivo, este ano, agravou intensamente o desequilíbrio, com queda ainda mais acentuada do nível real da receita.

Para Barros Silva, com o aprofundamento da recessão, as receitas previdenciárias tendem a cair de forma acentuada. As despesas, no entanto, apesar de terem sofrido também uma desaceleração, mostram-se mais resistentes ao declínio, fato compreensível pela maior necessidade da população, em época de vacas magras.

APERTO EXTERNO

O economista da Universidade de Brasília, Dêrcio Munhoz, acha que a situação das contas externas, no próximo ano, permanecerá criando sérios constrangimentos.

Um dos sinais de aperto, segundo ele, pode ser ilustrado pela evolução da chamada dívida externa de curtíssimo (até três meses) prazo, que subiu de US\$ 1 bilhão, em 1978, para US\$ 4 bilhões, em 1979, chegando a quase US\$ 8 bilhões este ano.

Wilson Thimóteo Jr.